

Entrevista com Catarina Marcelino, Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade:

“Até ao final do ano teremos uma estratégia nacional de educação para a cidadania”



Quando falamos em discriminação e cidadania num mundo cada vez mais desigual, no que estamos a falar concretamente?

Catarina Marcelino (CM) – Quando falamos em discriminação e cidadania, não podemos deixar de contextualizar o tema no país e no local onde estamos. Se falarmos sobre discriminação a um nível global, verificamos que existem significativas desigualdades. Sabemos que existem países onde as pessoas vivem com menos de um dólar por dia e outros, como os europeus, onde felizmente nos encontramos, em que o nível de rendimentos das pessoas pode ser considerado bastante razoável. Sabemos também que são milhões as meninas que não vão à escola em todo o mundo e que vivemos num país em que todas as crianças vão à escola. E quando falamos de cidadania, ainda maior é a disparida-

de. Só podemos falar de cidadania em países onde existe democracia, como é o caso de Portugal. Falar de cidadania no mundo é um pouco difícil... Sabemos que existem tantos países onde não há liberdade nem democracia e onde é impossível falar de cidadania. Portanto, não podemos contextualizar a questão das desigualdades e da cidadania da mesma forma, no mundo inteiro, e, no contexto português, estamos a falar concretamente de direitos e deveres protegidos pela nossa Constituição, em que as pessoas nascem iguais e devem ter direitos iguais. E sabemos também que, apesar de a nossa Constituição prever esta realidade, a mesma não existe, na prática, no seu pleno. Nesse sentido, todos os dias construímos a cidadania e a igualdade para responder aos desígnios da nossa Constituição.

Face à institucionalização deste problema, é enorme o desafio que enfrenta... Como recebeu esta missão?

CM – Recebi esta missão com um sentido de grande responsabilidade. Ter no Governo esta pasta dá-me uma responsabilidade acrescida, porque não se trata apenas da pasta da igualdade... é também a pasta da cidadania. E esta última representa uma responsabilidade menos objectiva mas pressupõe conseguir que, no nosso país, o sentido de direito mas também de dever e de competências pessoais de todos os cidadãos e cidadãs, desde que nascem, seja mais respeitado e exercido. A cidadania exerce-se. E exerce-se nas pequenas coisas da vida. Às vezes são actos muito subjectivos, como ajudar alguém a atravessar a rua ou exercer uma função na área da educação com o sentido de que não estamos apenas a oferecer formação académica mas também a formar pessoas enquanto cidadãos. É muito lato e dá um sentido de responsabilidade acrescido porque, no dia em que sair daqui, gostaria de sentir e que pudesse ser comprovado que fizemos coisas concretas para melhorar a vida das pessoas em Portugal, que aumentámos a igualdade de oportunidades para todos e para todas.

Neste fenómeno de discriminação e de violência, o sexo feminino afigura-se como o mais vitimizado, assumindo proporções preocupantes... No seu entender, como poderá ser resolvida esta problemática?

CM – A violência não é um problema exclusivo de Portugal. No nosso caso, sabemos que 85 por cento das vítimas de violência doméstica são mulheres e que há um número de homicídios muito elevado por violência doméstica e de género – são cerca de 40 mulheres que morrem anualmente, em média, em Portugal, à mão de maridos, namorados, companheiros ou ex-maridos, ex-namorado ou ex-companheiros. E é tendo em conta esta realidade que

temos de atacar o problema. Não quero com isto dizer que não tenhamos de combater a violência em todas as suas dimensões, mas o que sabemos é que a média de idades das vítimas de violência doméstica ronda os 40 anos e que, maioritariamente, estamos a falar de mulheres. Assim como os agressores têm a mesma média de idades e são maioritariamente homens.

O que se pode, então, fazer para acabar com este fenómeno?

CM – Sabendo que acabar com o fenómeno é algo difícil, essa não deixa de ser a nossa meta. Existem passos importantes já dados no nosso país, nomeadamente o facto de a violência doméstica ser crime público desde 2000, realidade que fez despoletar todos os mecanismos de resposta em Portugal. Até ser crime público, só algumas ONG trabalhavam nesta área. O Estado não estava organizado nem preparado para responder ao problema. E também é verdade que, desde que é crime público, o tema entrou na agenda política e nunca mais daí saiu, tendo-se feito um caminho significativo nesta área. As forças de segurança são um exemplo extraordinário – eu sou do tempo em que fazia atendimento a vítimas de violência doméstica, um pouco antes de o crime ser público, e lembro-me de ter de ir com as mulheres apresentar queixa para que ela fosse aceite. Hoje, isto não acontece. As forças de segurança estão na linha da frente do combate ao fenómeno, têm formação, respostas especializadas e verifica-se uma extraordinária evolução. Também no que concerne às casas abrigo, houve avanços consideráveis. Com as que abriremos até ao final do ano, teremos 40 equipamentos para responder às mulheres que têm que sair das suas casas. Mas claro que há muito por fazer. Há duas áreas de intervenção que poderão fazer toda a diferença: uma reside numa melhor articulação entre os vários agentes que actuam nesta área, nomeadamente forças de segurança, Ministério Público, medicina legal, a área da saúde, autarquias... E é nesse sentido que estamos a trabalhar. Temos vindo a assinar protocolos de intervenção que organizam a forma de actuar quando uma mulher vítima de violência entra no sistema. Sobretudo no interior do país! Temos o litoral com uma resposta razoável mas, no interior do país, temos pouca resposta.

O que já foi feito nesta área?

CM – Estamos a tentar duplicar a resposta no interior do país para que, por exemplo, no distrito de Beja, uma mulher de Barrancos ou de Odemira não tenha que ir a Beja para ter resposta. São territórios com uma grande dispersão populacional, com poucas acessibilidades e onde é ainda mais importante esta articulação institucional. Neste momento, já assinámos quatro protocolos da Estratégia Nacional de Combate à Violência Doméstica, que abrangem 12 concelhos. A grande novidade nesta nova estratégia é a entrada da Medicina Legal e do Ministério Público na rede de intervenção. Até hoje, nos projectos e protocolos de intervenção existentes, estes dois agentes não estavam presentes. Agora, passam a estar, assim como as comissões de protecção de crianças e jovens. Em suma, estamos a investir nesta articulação, na celebração de protocolos que, com a especificidade de cada território, colocam todos os meios a trabalhar em rede. Incluindo os municípios, cuja participação é fundamental, porque são as entidades responsáveis pelos territórios e que têm meios que podem partilhar com as outras entidades. E os municípios são ainda fundamentais naquela que considero a mais importante área quando



falamos nestas questões numa perspectiva de médio e longo prazo: a prevenção.

De que forma se pode agir ao nível da prevenção?

CM – Estamos a trabalhar numa Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, porque a prevenção destes e de outros fenómenos passam muito pela escola. Pessoas com boa formação pessoal, com sólidas competências pessoais e sociais não terão, provavelmente, determinados comportamentos no futuro. E é fundamental que a escola, de uma vez por todas, introduza as questões da cidadania na sua atividade diária. Por isso, estamos a trabalhar com o Ministério da Educação e com um grupo de peritos numa estratégia que esperamos apresentar publicamente até ao final do ano, para que, no ano lectivo 2017-2018, possa ser operacionalizada. Trabalhar na dimensão das respostas, mas simultaneamente na prevenção, é fundamental para conseguirmos erradicar – ou pelo menos reduzir substancialmente - problemas como o da violência doméstica ou da violência no namoro e ter uma sociedade mais justa e inclusiva.

Qual será o papel da escola no seio deste fenómeno? Não deveria a educação para a cidadania iniciar-se no primeiro ciclo?

CM – É exactamente isso que estamos a fazer. A estratégia de educação para a cidadania que estamos a desenhar passa por várias áreas que consideramos importantes: desde a não-violência, passando pela educação para a igualdade de género, pelos direitos humanos e, em particular, os direitos das crianças, pela interculturalidade e pela não-discriminação, pelas questões das pessoas LGBTI ou o bullying. Vamos trabalhar estas áreas, bem como a cidadania formal, pois temos que saber a que país pertencemos, quais são as nossas leis e qual é a nossa Constituição.

Existe alguma relação comprovada entre o consumo excessivo de álcool ou outras substâncias psicoactivas e a violência?

CM – Diria que existem regiões do país onde a maior parte dos agressores são consumidores de álcool. A verdade é que nem todas as pessoas que bebem são agressoras e nem todos os agressores são consumidores de álcool ou de outras substâncias passíveis de alterarem comportamentos. No entanto, quando as pessoas têm predisposição, traços de personalidade ou uma educação que facilita a violência, o consumo de álcool e de drogas é estimulante dessas práticas. Isto leva-nos novamente à importân-

cia da educação para a cidadania. É importante trabalhar as competências pessoais e sociais das crianças, enquanto mecanismo de prevenção de consumos nocivos e de comportamentos de risco, bem como a influência destes na violência. Costumo dizer que trabalhar na prevenção na perspectiva das competências pessoais e sociais significa prevenir um conjunto de comportamentos para o futuro, entre os quais os consumos de produtos estupefacientes ou de álcool mas também a violência. No fundo, são coisas que se previnem da mesma forma.

Existirá hoje mais violência ou será a mesma mais visível?

CM – Na minha opinião, não existe mais violência. A violência é mais visível. Temos hoje uma sociedade em que as mulheres, felizmente, têm menos medo de dizer que são agredidas porque existem mais respostas. Ao expor a sua situação de vítima, a pessoa tem protecção. Uma vez mais, trata-se de um caminho que se iniciou desde que o crime é público. O aumento do número de queixas às forças de segurança é um exemplo claro. Por outro lado, também temos uma sociedade que, do ponto de vista da comunicação, contribui para que a informação e a visibilidade do problema seja cada vez maior. Também entendo que não existem grandes condições para medirmos o que foi e o que é porque, no passado, era tabu. Assim sendo, não havia forma de quantificar.

Sendo a autarquia o poder mais próximo do cidadão e beneficiando actualmente da constituição das redes sociais, não deveriam assumir um papel mais activo na resolução deste tipo de problemas?

CM – Na realidade, nem os problemas são iguais no país todo, nem a dinâmica municipal é igual, nem a realidade entre o litoral e o interior é semelhante. As redes sociais são extremamente importantes para a articulação entre a resposta social nas comunidades. Há um caminho feito neste domínio, que começou em 2000, com projectos-piloto, e que hoje está implantada em todos os municípios do continente. Há sítios onde a rede social trabalha mais umas áreas do que outras, tendo em conta a especificidade de cada comunidade. Há municípios com trabalho feito na área da violência há muitos anos e que assumiram um papel central na dinamização da resposta mas também existem muitas zonas do interior do país em que têm sido as ONG a liderar a resposta. Com a estratégia de combate à violência doméstica no interior do país, estamos neste momento a tentar ter os municípios, as ONG e demais instituições, de forma articulada a partir da rede social, a responder.

No entanto, continuamos a verificar que a mulher vítima de violência é que tem que deixar o lar...

CM – Essa questão é muito importante: o porquê de os agressores ficarem em casa e as vítimas terem que ir para casas abrigo... Estamos a vitimizar duas vezes a mesma pessoa, por muito boa que seja actualmente a rede de casas abrigo existente em Portugal. O que pretendemos com esta estratégia é que as forças de segurança e o Ministério Público se articulem de uma forma mais eficaz. Se isto acontecer, o afastamento do agressor torna-se muito mais fácil. O que estamos a tentar construir é uma articulação que faça esse caminho, o de retirar os agressores de casa, evitando que todas as vítimas sejam encaminhadas para casas abrigo - sabendo nós que existem situações em que, para segurança das mulheres e crianças, esse será o recurso mais adequa-

do. O que temos assistido no país até hoje é que a primeira resposta é a casa abrigo, quando a mesma deveria ser a última. Precisamos de mais resposta na comunidade e é isso que estamos a tentar construir, começando onde há menos cobertura - o interior - mas com o objectivo de alargar ao litoral. E existem municípios que já nos contactaram para desenvolver uma estratégia semelhante no litoral, com o modelo de protocolos que estamos a assinar no interior. Esta atitude pró-activa dos municípios é extremamente positiva e demonstra que a nossa estratégia está a ter acolhimento junto dos agentes que trabalham nesta área.

A um nível mais global, sei que elege como preocupações problemas como o tráfico de seres humanos, de crianças ou a exploração sexual... Existem, a este nível, acordos ou parcerias a nível europeu e com as polícias internacionais?

CM – O tráfico de seres humanos é uma realidade que nos preocupa enquanto país. Temos o plano nacional a decorrer e um relator nacional para esta área ligado à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, temos equipas regionais a trabalhar nesta área que apoiam pessoas vítimas de tráfico. Era algo que não existia no Algarve e que lançámos já durante este Governo. Temos casas de acolhimento que respondem ao tráfico de seres humanos na região norte, centro e sul, sendo que na região centro se trata de uma resposta sobretudo para homens. O tráfico de seres humanos não se restringe ao tráfico sexual, havendo igualmente tráfico laboral e temos detectado alguns casos graves no país a esse nível. Resumindo, o país tem respostas para as pessoas vítimas de tráfico. É evidente que todo este trabalho é feito em grande proximidade com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com as forças policiais internacionais e com os mecanismos europeus que acompanham estas áreas. Estamos na linha da frente no combate ao tráfico de seres humanos e orgulhamo-nos deste trabalho que temos feito e que, aliás, tem sido reconhecido internacionalmente.

Não poderá ser o casamento infantil equiparado ao tráfico de seres humanos?

CM – O casamento forçado e o casamento infantil são uma realidade que nos preocupa, embora não tenhamos conhecimento que exista em larga escala no país. Existe, em Portugal, em grupos específicos, nomeadamente entre a população cigana, e estamos a trabalhar para que, em breve, possamos apresentar uma estratégia nesta área. Falamos de uma população que, enquanto grupo, é também a mais discriminada no nosso país. Como tal, esta população merece um olhar atento porque precisa de ser apoiada ao nível da integração. Precisamos de uma estratégia que vise integrar mais e melhor a população cigana, cuja desintegração não é só da responsabilidade da sociedade que não a aceita. A população cigana também tem que se adaptar à sociedade onde se integra e é nesta dualidade que temos que trabalhar, até porque na óptica da cidadania, ciganos e não ciganos somos todos portugueses e portuguesas e temos todos direitos e deveres de cidadania. Nesse sentido, tem que haver uma atenção especial em relação a esta população, onde os “casamentos” antes dos 18 anos são uma realidade. Temos de conseguir que as meninas estejam mais tempo na escola e trabalhar para que a educação e as saídas profissionais sejam uma realidade. Há um longo caminho a percorrer e estamos muito empenhados nesse trabalho.

Outra violação grave dos direitos humanos é a mutilação genital feminina. Há casos identificados em Portugal?

CM – Em Portugal, estima-se que residam cerca de 6500 mulheres submetidas à MGF, o que corresponde a 49% do número de mulheres residentes no território português nascidas em países praticantes – sendo que haverá cerca de 50 países onde se pratica a MGF. Em todo o mundo, estima-se que sejam 200 milhões de meninas e mulheres e, se não travarmos esta prática hedionda, em 2030 haverá mais 15 milhões de meninas e mulheres mutiladas. No nosso país, a plataforma de dados em saúde regista os casos identificados. Foram 136 entre abril de 2014 e Março de 2016.

Temos um plano de acção específico de combate à MGF, que faz parte do nosso plano nacional de combate à violência doméstica, e temos desenvolvido um trabalho que considero de grande qualidade. A nossa última iniciativa neste domínio é uma campanha, que lançámos em julho nos aeroportos de Lisboa, Porto e Faro. Fizemo-lo nos aeroportos e nesta altura porque sabemos que é o período de maior risco, em que as meninas são levadas de Portugal para os países de origem onde a prática é realizada. O intuito foi sensibilizarmos e fizemo-lo em parceria com várias ONG's portuguesas e com uma instituição da Guiné Bissau, de forma a que, nas fronteiras terrestres daquele país e no aeroporto, essa campanha também esteja disponível. É mais uma medida que demonstra a nossa disponibilidade para trabalhar em parceria com o mundo no combate a estes flagelos.

Face às exigências do programa que delineou, em que medida encontrará uma limitação nos quatro anos de exercício?

CM – Quatro anos chegarão certamente para colocarmos em prática aquilo com que nos comprometemos no programa eleitoral e de Governo. Sendo certo que não conseguimos mudar o mundo em quatro anos, temos que estabelecer objectivos. Existem algumas coisas que pretendemos deixar feitas: um dos grandes objectivos é definir na lei quotas de género na administração pública, nas empresas públicas e nas empresas cotadas em bolsa. Esperamos ter em breve esta legislação aprovada e dar um passo em frente no que nos parece uma área fundamental: alargar a participação das mulheres nas esferas de poder e decisão. Se temos tantas mulheres licenciadas com sucesso académico, é necessário transformá-las em mais-valias para o país. Gostaria de deixar claro que a lei não é para as mulheres... É para o sexo sub-representado. Visa um equilíbrio de paridade entre homens e mulheres no contexto actual. Outro aspecto que me parece fundamental e o que mais desejo ver cumprido até ao final do mandato é a estratégia de educação para a cidadania. Acredito que uma estratégia em todas as escolas, em todos os níveis de ensino, a começar nas crianças mais pequenas até ao 12º ano é o que pode, de facto, fazer a mudança real no país. Sabemos que não é no imediato mas espero que, daqui a 10/20 anos, possa surtir efeitos numa mudança estrutural da sociedade portuguesa. Depois, tenho como objetivo colocar na agenda e definir uma estratégia para uma melhor integração da população cigana. Gostaria muito de poder dar o meu contributo para o combate à discriminação das pessoas ciganas. Tenho consciência de que será sempre um pequeno contributo, por se tratar de uma área em que há muito por fazer - estamos a falar de intervenção ao nível da educação, do emprego e da habitação.



Mas gostaria de deixar, pelo menos, a semente de uma nova dinâmica nesta área. Depois, na área da violência doméstica, conseguir que as casas abrigo comecem a ser a última resposta e que os agressores se mantenham fora das vidas das vítimas e que estas possam prosseguir com as suas vidas sem medo e em segurança. Por fim, na área LGBTI, estamos a trabalhar no sentido de apresentar uma proposta que visa aprofundar e melhorar a lei relativamente à identidade de género, de forma a que as pessoas transgénero e intersexo tenham mais e melhores condições na sua autodeterminação e na sua identidade enquanto cidadãos e cidadãs. Estamos a trabalhar em várias frentes mas estas são áreas centrais. Depois, há ainda uma última área que não tem a ver com o programa do Governo mas com uma realidade com que fomos, infelizmente, confrontados devido à situação que o mundo atravessa: as pessoas refugiadas. Esperamos continuar a dar o nosso contributo para que, quer na área da imigração, quer na área das pessoas refugiadas, Portugal continue a ser um dos países do topo do ranking mundial com melhores respostas nestas áreas. Somos o segundo país com melhor resposta em matéria de integração de imigrantes e esperamos poder também sê-lo na área do acolhimento e da integração das pessoas refugiadas. O país tem sido extraordinário na forma como tem acolhido as pessoas.

Gostaria ainda de destacar que, em todo este trabalho, as ONG são, na nossa estratégia política, parceiros essenciais para que a área da cidadania e da igualdade possa, nestes quatro anos, dar um salto qualitativo, contribuindo para melhorar o nosso país no presente e para o futuro.